



## Um olhar crítico sobre a presença do negro na literatura: reterritorializando este lugar

### *A Critical View of the Presence of Black People in the Literature: Reframing their Place*

Diogo Coutinho Santana

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Brasil  
profdiogocoutinho@gmail.com

<http://orcid.org/0009-0005-6632-8580>

**Resumo:** A literatura brasileira, de modo geral, sempre apresentou a figura do negro de forma marginalizada e estereotipada, negando a ele a posição de protagonista de suas próprias narrativas. Dessa forma, este trabalho surge da necessidade de visibilização do negro como sujeito do discurso e de sua identidade, não apenas como objeto de observação. Além do mais, propõe uma intervenção didática com vistas a promover a inserção do aluno no espaço literário por meio de textos que estejam próximos de sua realidade. Tendo em vista o contexto patriarcal e estruturalmente racista no qual estamos inseridos, é premente pensar em propostas de ensino que retirem o negro do lugar de invisibilidade, que dão voz aos que estavam relegados ao esquecimento e sofrem até hoje com o apagamento de sua cultura. Promover um letramento literário a partir dessa perspectiva étnico-racial, utilizando um texto popular e regional, com uma linguagem acessível e uma estrutura lúdica, fazendo o aluno se reconhecer e se sentir representado naquela literatura e permitindo aos demais alunos entenderem a importância do deslocamento do protagonismo nos textos literários, surgem como objetivos essenciais para a realização da pesquisa.

**Palavras-chave:** ensino de literatura; negro na literatura; letramento literário.

**Abstract:** Brazilian literature, in general, has always presented the figure of The Black in a marginalized and stereotyped way, denying black people the protagonist position of their own narratives. Thus, this research paper arises from the need to see the black man not only as an object of observation but also as the subject of discourse and his identity. Furthermore, it proposes a didactic intervention with the aim of promoting the student's insertion in the literary space through texts that are close to his reality. Considering the patriarchal and racist context in which we live in, it is urgent to think about teaching proposals that remove The Black from his invisibility place, giving voice to those who were relegated to oblivion and suffer the deletion of his culture until today. Promoting literary literacy from this ethnic-racial perspective, using a regional and popular text with

an accessible language and a playful structure, making students recognize themselves and feel represented in that literature and allowing other students to understand the importance of changing what has always been the spotlight in literary texts emerge as essential goals of this research paper.

**Keywords:** literature teaching; Black in literature; Literary literacy.

## Iniciando o diálogo

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (Fanon, 2008, p. 34)

É partindo desta visão defendida por Frantz Fanon que este trabalho preocupa-se em lançar luz ao fato de que a literatura, durante muito tempo, suplantou e desconsiderou a presença do negro como protagonista e, sobretudo, como autor de seus próprios textos. Dessa forma, o que se tinha como texto literário não correspondia à realidade do povo negro, sua cultura, sua ancestralidade, seus anseios. Tendo como referência uma literatura hegemonicamente branca, acabavam por negligenciar seus valores culturais e absorver aspectos da cultura dominante. Portanto, é de suma relevância que possamos discutir sobre a “reterritorialização” desse fazer literário e poético.

Reterritorializar, nesse sentido, de acordo com a visão de Deleuze e Guattari, significa recuperar os espaços na cultura, mais especificamente na literatura, que foram negados ao negro como mais uma tentativa de apagamento da história e dos aspectos culturais do seu povo. Sendo assim, recuperar essa voz, esse protagonismo, faz-se imprescindível para que tenhamos um ensino de literatura que contemple as diferentes manifestações artísticas e literárias que permeiam este universo, valorizando uma “literatura menor” (Deleuze; Guattari, 1996) que por muito tempo foi deslegitimada.

Cyana Leahy-Dios afirma que a literatura e os estudos literários têm sido centrados na representação de uma sociedade desejada, na qual a habilidade de leitura, os hábitos literários e o conhecimento literário se

concentram nas camadas mais elevadas da pirâmide social (2004, p. 203), lugar que, sabemos, não pertence ao negro. Segundo a autora, as tentativas de alargar essa representação são geralmente tratadas com desprezo, sob a alegação de que os “altos níveis” se arriscam a ser rebaixados, expressão usada como sinônimo da negação das culturas e sociedades de menor prestígio (2004, p. 203).

Como forma de subverter tal premissa, Zilá Bernd, em seu livro *Introdução à literatura negra*, apresenta a ideia de que, empenhado em proceder à desconstrução do mundo nomeado pelo branco e no intuito de expressar a consciência de um “existir negro”, o autor, que se quer e se afirma como negro, reconstrói o discurso e traz para a literatura um olhar vivencial do modo de ver e sentir o mundo, de acordo com os valores da cultura negra (1988, p. 77).

Partindo desse pressuposto, cabe afirmar que reverter o sujeito da narração de textos literários permite que o aluno se reconheça nessa escrita, porque ele se vê ali representado. É necessário romper com os paradigmas impostos pela origem do dizer branca e europeia, que silenciou, subalternizou ou tentou embranquecer o negro. Desse modo, torna-se imperativo o trabalho com textos que estão a serviço desta tentativa de reversão do lugar de protagonista do discurso na literatura.

Contudo, é um trabalho hercúleo, uma vez que a literatura sempre precisou do olhar do branco para ser validada. Como afirma Márcia Maria de Jesus Pessanha:

Como as obras literárias passam pelas instâncias legitimadoras que atuam condicionando sua consagração ou não e como estas instâncias estavam, no início, ligadas ao poder do branco europeu e sua visão de mundo, podemos perceber porque muitas obras, principalmente da literatura negra, não foram contempladas no seio da literatura canônica. (Pessanha, 2016, p. 246)

Sendo assim, o propósito aqui vai além, a intenção é voltar o olhar do aluno para um texto literário que privilegie essa negritude durante muito tempo invisibilizada, uma literatura de resistência à opressão, que se distancie do viés ufanista e encobridor da realidade e provoque um deslocamento do lugar de protagonismo na narrativa e na escrita de textos literários.

Como salienta Fanon, no caso do negro, ele não tem cultura, não tem civilização, nem “um longo passado histórico”. Assim, de acordo com ele,

provavelmente aqui está a origem dos esforços dos negros contemporâneos em provar ao mundo branco, custe o que custar, a existência de uma civilização negra (2008, p. 46). E isso é feito também através da literatura, já que ela é a representação de uma língua, e língua é poder.

### **Um breve histórico: situando o negro na literatura**

Como dito anteriormente, o papel do negro na história da literatura sempre foi muito bem marcado. E, como destaca Pessanha, é importante pontuar, nessa história, os autores e obras, bem como os momentos mais significativos da ocultação, da discriminação e da revelação do negro, quer como submisso, quer como sujeito de seu discurso, refletindo o contexto histórico, social e cultural das referidas épocas (2016, p. 231).

Num primeiro momento, temos o Quinhentismo (1500-1600) como uma literatura que refletia os ideais e interesses do homem europeu. Nesse contexto, tivemos uma literatura de informação, voltada para a descrição das terras recém-descobertas, e uma literatura jesuítica, voltada para o trabalho de catequização. Até aqui, não há ainda a presença do negro marcando a literatura, apenas a do indígena, nativo das terras descobertas.

Em seguida, com o Barroco (1601-1768), movimento caracterizado pelas antíteses e pelo conflito, proveniente de lutas religiosas e crise econômica, a figura do negro surge. Gregório de Matos, poeta baiano, que lidava mal com a mestiçagem brasileira, exalta a sedução da mulata, ao mesmo tempo em que a menospreza, e torna o homem mulato alvo de críticas e insultos. Conforme observa José Maurício Gomes de Almeida, Grégorio de Matos, assim como outros da época, revela um profundo mal-estar para com os “mulatos desavergonhados”, termo com o qual o poeta deixa transparecer o despeito de muitos brancos diante do crescente número de mestiços, filhos de senhores, que, na condição de alforriados, ocupavam um espaço social intermediário (2001, p. 91).

Assim como no Quinhentismo, o Arcadismo (1168-1808) não apresenta de forma relevante a figura do negro em seus textos literários, mas traz o indígena como sendo a representação do “bom selvagem” em nossas terras, baseados nas ideias de Jean Jacques Rousseau.

Em se tratando de Romantismo (1836-1881), na primeira geração romântica, o foco ainda era o indígena, que, em comparação com o cavaleiro medieval, foi alçado ao posto de herói nacional, mas descrito de maneira

idealizada, bem distante da realidade, aliás, a fuga da realidade era uma característica marcante dessa fase do Romantismo.

No entanto, ainda nesse período, temos alguns exemplos da forma como o negro era retratado na literatura. José de Alencar, principal nome da prosa romântica nesse primeiro momento, em *O tronco do Ipê* (1871), apresenta o personagem Pai Benedito, um homem negro que é construído como alguém possuidor de uma deficiência na linguagem, incapaz de se comunicar na língua do colonizador, que fala de forma gutural, como uma criança. Reitero a visão de Pessanha, quando diz que isso revela o espaço não negociável da língua e da linguagem que a cultura dominante pretende exercer sobre a cultura negra (2016, p. 238). Além do mais, como afirma Eni Orlandi em seus estudos sobre Análise do Discurso, o primeiro enfrentamento ideológico entre colonos e colonizados é o embate político-linguístico (2009).

Na segunda geração romântica, temos como exemplo o embranquecimento da “escrava Isaura”. No romance *A escrava Isaura* (1875), Bernardo Guimarães descreve a personagem principal como uma mulata quase branca, educada pela sinhá que transmite valores da cultura europeia. Como afirma Pessanha, além dos estereótipos sempre renovados e revitalizados na composição dos personagens negros, também um incômodo discurso eugênico pode ser apreendido em produções textuais consagradas da literatura brasileira. *A escrava Isaura* é uma obra que ilustra esse desejo de eugenia, que se traduz no sonho de embranquecer a sociedade brasileira. Na narrativa, a senhora elogia a tez clara da escrava e, além disso, felicita a moça por ter tão pouco “sangue africano”.

Dentre as gerações românticas, no que tange à presença do negro em textos literários, destaca-se a Terceira Geração, ou Geração Condoreira, com ênfase a Castro Alves, que se notabilizou por seus poemas sobre a escravidão, tais como *Vozes d’África*, *Canção do africano*, *Saudação a Palmares*, *Navio negreiro*, entre outros. O poeta verseja sobre a abolição da escravatura, entretanto, apesar de ser denominado “o poeta dos escravos”, por sua adesão ao movimento abolicionista, seu discurso é sobre o negro.

Como bem coloca Pessanha, Castro Alves não “entrou na pele do negro” (Bernd, 1988, p. 21) em sua essência, não era seu verdadeiro porta-voz, fazia uso da temática do negro e da escravidão como instrumento poético e histórico do momento em que vivia. Critica a escravidão, mas

não vai adiante, é portador de uma voz instituída, não chega realmente a envolver-se no processo (Pessanha, 2016, p. 240). Sua defesa pela libertação dos escravos filia-se a princípios humanitários e a uma visão externa. Embora reformista e crítico, não subvertia as estruturas do sistema. Importante ressaltar que o negro quase sempre aparecia na terceira pessoa: *Lá na úmida senzala/.../entoa o escravo o seu canto* (*Canção do africano*). Entretanto, pode-se afirmar que, em muitos momentos, Castro Alves vestiu a pele do negro, colocando-se nesse lugar, falando a partir de observações, como se negro fosse. Como declara Candido, ele assumiu uma posição de luta e contribuiu para a causa que procurava servir, sendo capaz de elaborar em termos válidos os pontos de vista humanísticos e políticos (2011, p. 184).

Quando falamos de Realismo e Naturalismo, percebemos a forte presença do negro sempre subserviente, animalizado, hipersexualizado, violento, insipiente e buscando a validação por meio do branco. Em *O bom crioulo* (1895), Adolfo Caminha traz um homem negro e homossexual no papel de protagonista, que, no início, precisa mostrar-se dócil e gentil, apesar de sua estrutura física, para ser aceito. Amaro apaixona-se por um homem branco e passa a admirá-lo pelo simples fato de ser branco. Depois, é apresentado como desequilibrado, possessivo, viciado e violento. Tal obra representa um marco por tratar do tema da homossexualidade e da relação interracial, mas reforça e legitima estereótipos.

Em *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, destacam-se Bertoleza e Rita Baiana, duas mulheres negras que reúnem características que acreditavam serem típicas a mulheres como elas. Bertoleza, escravizada alforriada, é retratada de forma animalesca e é relegada ao papel de serviçal, sempre submissa ao homem. Rita Baiana, por sua vez, é a tradução do que Lélia Gonzalez classifica como sendo a *mulata* aos olhos do colonizador: mulher sensual e sedutora, com uma sexualidade desenfreada, atraente, alegre, que gosta de pagode, danças, bebidas e é o “objeto desejado” (Gonzalez, 1984, p. 227-236).

Outro fato que deve ser levado em consideração é a discussão polêmica acerca do embranquecimento de Machado de Assis, o maior nome do Realismo brasileiro. O autor negro foi tomado como branco pela elite intelectual da época e, por séculos, o racismo brasileiro escondeu quem ele realmente era.

De acordo com Joel Rufino dos Santos, o negro como autodefinição – negro assumido, distinto do crioulo, do preto, do escuro etc. – só pode emergir no Brasil com o Modernismo, mais especificamente com a Revolução de Trinta. Segundo ele, as mudanças podem ser apanhadas por toda parte – na música, na literatura, nas ideias políticas, no ensino, no comportamento das mulheres e das crianças, nas falas cotidianas, no espírito da língua, e assim por diante (2008, p. 169). Desse modo, o Modernismo marca uma mudança na forma como o negro era retratado, mas ainda não temos o que pode ser considerado como o ideal.

Algumas obras buscaram de fato uma identidade nacional e se abriram para o diverso, deixando de lado uma imagem inventada e estereotipada do negro e situando sua importância para a formação cultural do Brasil. Para exemplificar, podemos destacar *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, e *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro. Duas obras que buscam não folclorizar a figura do negro no Brasil e valorizam a diversidade nacional, retirando o olhar do branco europeu sobre ele e sobre os índios, numa tentativa de incluir os até então excluídos da literatura, exaltando a pluralidade de vozes na narrativa.

Em contrapartida, em *Macunaíma*, por exemplo, temos um protagonista que nasce negro, “preto retinto e filho do medo e da noite”, e depois se torna “branco louro e de olhos azuizinhos”. Apesar de não assumir os valores do branco, o herói representa a ideia de branqueamento. Outra obra que apresenta o desejo de embranquecimento da sociedade brasileira é *Os tambores de São Luiz* (1975), de Josué Montello, que, embora traga uma narrativa negra, mostrando a saga de um escravizado desde sua origem africana, finaliza enfatizando simbolicamente a ideia de valorização da brancura. O personagem-narrador, um negro, extasiado, contempla seu descendente resultante de um casamento interracial, e que vem a ser um “moreninho claro, bem brasileiro”, destaca Pessanha (2016, p. 239).

Há muitas outras obras e personagens que explicitam a forma estereotipada como o negro era tratado na literatura: *O mulato* (1881), Aluísio Azevedo; *Gabriela, cravo e canela* (1958), Jorge Amado; *Os sertões* (1902), Euclides da Cunha; *O presidente negro* (1926), Monteiro Lobato; *Urucungo* (1933), Raul Bopp; *São Bernardo* (1934), Graciliano Ramos; *A grande arte* (1990), Rubem Fonseca. São muitos exemplos que não daríamos conta de esgotar neste trabalho, mas é possível perceber

que a história literária no Brasil está pautada numa visão segregadora de dominação e apagamento.

É importante ressaltar que, em diferentes períodos, tivemos autores que deram voz ao negro silenciado e assumiram uma poética da negritude. Luís Gama, fundador da poesia negra, foi capaz de ousar e de revelar a própria identidade do povo negro. Cruz e Sousa, como afirma Santos, assim como Luís Gama, assumiu sua negritude em poemas (2008, p. 168). Ele fez de seus textos um importante instrumento de libertação e falava com ousadia das inquietações do negro. Lima Barreto, cuja obra apresenta-se como um símbolo de revolta, de resistência contra o opressor, também merece destaque. Autor negro, deixava explícito em seus textos a forte crítica ao racismo da época.

A obra de Luiz Gama constitui-se em um marco no processo de conscientização do negro brasileiro e também da literatura negra brasileira porque, pela primeira vez, desnuda as tensões e contradições da sociedade, redimensionando o papel do negro nessa sociedade, afirma Zilá Bernd. Ainda de acordo com a autora, ao contrário, por exemplo, de Castro Alves, em cuja poesia o negro continua sendo o *outro*, ou seja, aquele de quem se fala, Luiz Gama se assume como *outro*, como aquele que é mantido pela “maioria” branca em uma situação de estranheza dentro do corpo social (1987, p. 46). Desse modo, sua poesia configura-se como um divisor de águas na literatura brasileira, pois traz à tona a fala do negro que assume a primeira pessoa do discurso.

Bernd ainda acrescenta que esta linha de busca pela identidade por meio da literatura terá seus adeptos a partir de 1927, com Lino Guedes, fortalecendo-se na década de 60 com Solano Trindade, Oswald de Camargo e Eduardo de Oliveira, e encontrando seus momentos de culminância em 1978 (1987, p. 46-47).

É importante destacarmos a atuação de escritores e poetas como Luiz Gama e Lima Barreto, que foram precursores da literatura negra e são fundamentais para o que temos hoje. Todavia, em comparação com a literatura hegemônica, sempre foi um trabalho de resistência, luta, necessidade de afirmação, que não encontrava ressonância suficiente para expandir seus limites e alcançar a massa. A literatura brasileira é permeada por um histórico de invisibilização da negritude, de definição do lugar social do negro como inferior, subalterno e marginalizado e reforço de estigmas

negativos e socialmente rechaçados. O racismo estrutural operou também na literatura, como ainda opera em diversas manifestações artísticas e culturais.

A história da literatura se confunde com a história do racismo no Brasil. Passa pela escravidão e pelas teorias biologizantes que definiam o negro como uma raça inferior, no século XIX, pela tentativa de embranquecimento da população e a política eugenista instituída em nosso país, no início do século XX e, em seguida, pelo famigerado mito da democracia racial, disseminado pelo sociólogo Gilberto Freyre, principalmente a partir do livro *Casa-grande & senzala* (1933), que nega a existência do racismo no Brasil. Tal visão passou a falsa ideia de harmonia e igualdade entre as raças e serviu para naturalizar as opressões sofridas pela população negra e a dominação dos brancos como sendo a raça superior. E isso se percebe claramente na forma como continuou se estabelecendo a literatura, num período em que se pretendia retratar a realidade brasileira. Ecos desse pensamento ainda estão presentes e foram fundamentais para perpetuar o ideal branco também nos textos literários e permitir que isso passasse despercebido por muitos de nós.

Sendo assim, é evidente que o que temos como literatura canônica, dita universal, atende a interesses que se restringem a uma parcela da população, preterindo um grupo que é maioria em quantidade, mas minoria em representação. E é sobre isso que tratamos aqui, da necessidade de deslocamento desse lugar do negro na literatura, da importância da representatividade e do reconhecimento. Não é necessário dar a eles voz, porque sempre a tiveram, precisamos permitir que falem, deixar que sejam sujeitos de suas histórias e narrativas.

### **O deslocamento do lugar do negro: a importância do trabalho com uma literatura de resistência.**

Quando falamos de literatura de resistência, estamos nos referindo a uma literatura que dá conta de atender às expectativas de uma minoria, que, no caso dos negros, é minoria apenas na representação, mas maioria na quantidade, segundo dados do último IBGE de 2010. Por esse motivo, é tão importante incluir nas aulas de ensino literário textos que representem essa maioria, que é maioria também nas salas de aula das escolas públicas brasileiras.

É importante ressaltar que as literaturas que se opõem ao discurso literário oficial, ao “cânone”, recebem diferentes denominações: contraliteraturas, literatura menor, literaturas periféricas, literaturas emergentes, literatura dos oprimidos, literatura testemunho, entre outras. Para efeitos de respaldo teórico, interessa-nos, neste trabalho, situar a literatura negra de resistência no que Gilles Deleuze e Felix Guattari (1975) vão chamar de “literatura menor”.

Nesse sentido, incluir a literatura negra nesse lugar não desqualifica tal produção literária. Para enterdermos melhor, vejamos o que Rafael Godinho, no prefácio do livro *Kafka: para uma literatura menor*, diz sobre isso:

Ora, a literatura menor qualifica apenas o uso ou a função de uma língua. O primeiro contrassenso a evitar é precisamente o de minoria. A minoria não é definida pelo número mais pequeno mas pelo afastamento, pela distância em relação a uma dada característica da axiomática dominante. Em termos matemáticos, a minoria constitui um conjunto vaporoso não enumerável cujos elementos, que são multiplicidades, possuem uma relação rizomática. Contrariamente, a maioria é sempre assimilada à categoria da «representação», ou seja, está integrada numa generalidade normalizadora e identificatória. Os seus elementos estão incluídos num conjunto global e abstracto que os divide em oposições binárias, determinando uma exclusão entre o que é ou não conforme ao maioritário enquanto norma. (Godinho, 2003, p. 15)

Destarte, podemos afirmar que, ao tratarmos de uma “literatura menor”, estamos nos referindo às manifestações literárias de uma minoria que não se caracteriza pela quantidade, mas pelo distanciamento daquilo que é considerado um modelo social a ser seguido, e que é reproduzido incansavelmente. Estamos falando, aqui, da literatura de grupos que foram invisibilizados e vilipendiados, tendo sua história distorcida e sua contribuição para a formação cultural brasileira desconsiderada. Por isso é tão importante resgatar essa consciência negra e lutar contra o legado da escravidão, assumindo o lugar de protagonista nas produções literárias, permitindo que crianças e jovens negros tenham contato com uma literatura que converse com eles, que seja representativa e valorize todos os aspectos que os constituem enquanto pessoa.

Entender a literatura como prática social é fundamental para compreendermos o papel de uma “literatura menor” dentro do ambiente

escolar, pois implica um deslocamento provocado por uma descaracterização cultural, em função do espaço e da língua. Tal deslocamento é operado por um grupo étnico-racial que sempre esteve submetido a um processo de marginalização e silenciamento. Pois, segundo Deleuze, construir a consciência de minoria é desviar do padrão, extrapolar o critério de medida já conhecido. É criar o novo, em que impera a ausência de talentos, de cânones ou de qualquer tradição balizadora com o qual o escritor tenha de dialogar. Este é, para Deleuze, o significado político de toda arte.

Aliás, para Deleuze e Guattari, nas literaturas menores “tudo é político”. Para eles, “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas sim aquela que uma minoria faz em uma língua maior” (1975, p. 38-39). Portanto, percebemos o caráter transformador e conscientizador que a literatura negra possui e pode despertar nos leitores. Ela causa essa ruptura com o padrão estabelecido, com produções literárias totalmente distantes da realidade do estudante e com o olhar do branco que sempre procura validar aquilo que lhe é familiar e que vai ajudar a manter seu lugar de privilégio.

Dentro do que Deleuze entende por dimensão política da literatura menor, reside o fato de que não há espaço para o individual, o particular; estes adquirem necessariamente o estatuto do coletivo e do público. Desse modo, um texto literário de autoria negra cumpre o papel de representar social e politicamente todo um grupo racial, sendo aliado numa luta que é coletiva. Esse desvio do padrão, essa subversão do critério de medida estabelecido colocam-se como um confronto às tentativas de apagamento e genocídio do negro brasileiro, que, de acordo com Abdias do Nascimento, trata-se também de um genocídio intelectual, da morte do pensamento e das epistemologias negras (2016, p. 62-68). Sobre isso, aliás, Conceição Evaristo, escritora negra brasileira, “periférica”, declarou, num ato político recente em defesa da democracia no país, que “eles combinaram de nos matar”, mas logo em seguida afirma: “‘A gente’ combinamos de não morrer” (2016, p. 62).

Logo, promover um deslocamento no papel do negro como personagem e autor dos textos literários está para além de um processo de letramento literário puro e simples, uma inserção do aluno no espaço da literatura. Como afirma Candido,

Nestes casos a literatura satisfaz, em outro nível, à necessidade de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição em face deles. É aí que se situa a *literatura social*, na qual pensamos

quase exclusivamente quando se trata de uma realidade tão política e humanitária quanto a dos direitos humanos, que partem de uma análise do universo social e procuram retificar as suas iniquidades. (Candido, 2011, p. 182-183)

Para Candido, quando o autor deseja expressamente assumir posição em face dos problemas, resulta em uma literatura empenhada, que parte de posições éticas, políticas, ideológicas, religiosas ou humanísticas (2011, p. 183). Nesse sentido, toda a literatura negra possui uma tonalidade crítica, mesmo que implicitamente. Quando o negro torna-se sujeito de sua narrativa, está inevitavelmente assumindo uma posição de combate à norma branca, de desvio ao que é majoritário. Então, além de fruição, a literatura negra proporciona o sentimento de pertencimento, mas também a garantia de direitos, a possibilidade de acesso a oportunidades, o reconhecimento do lugar na sociedade.

Ainda de acordo com Candido, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles (2011, p. 188). E, sim, os jovens negros, assim como os jovens brancos pobres e periféricos, têm direito a uma literatura que fale deles, sobre eles e para eles. Eles têm direito de acessar o espaço literário, mas de uma forma que faça sentido. É preciso combater a ideia da literatura negra como algo marginal, pequeno, sem valor. O poder de questionamento das literaturas menores sempre foi neutralizado pelo cânone, que, ao contrário do que preconiza, nunca apresentou de fato uma literatura genuinamente brasileira. Muito pelo contrário. Como vimos anteriormente, sempre desconsiderou o papel do negro na formação da sociedade e reproduziu modelos europeus de hegemonia branca.

Assim, Candido resume muito bem essa ideia:

Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso a diferentes níveis de cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável. (Candido, 2011, p. 193)

Ou seja, o que Candido vai chamar de literatura social relaciona-se muito adequadamente com o conceito de literatura menor de Deleuze e Guattari, pois ambas estão a serviço de uma desconstrução, uma quebra paradigmática. Ademais, são literaturas que tomam posição diante de uma problemática social – nesse caso, o racismo estrutural – e representam um grupo minorizado carente de reconhecimento e representatividade.

Ainda há um longo caminho pela frente. A literatura dita universal, que é constituída pelo homem branco, ainda se apresenta como uma metáfora do poder. Romper com esse modelo arraigado é um desafio. Principalmente, segundo explica Maria Aparecida Silva Bento, porque existe um “pacto narcísico” que consiste na manutenção dos privilégios, um acordo tácito que garante os direitos dos brancos em detrimento dos direitos dos negros, assim como a negação do racismo. Sendo assim, como afirma Bento,

o silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (Bento, 2014, p. 30)

Além disso, os mecanismos de legitimação e as práticas literárias não estão dissociadas de práticas de poder, que Pierre Bourdieu (1996) define como “o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural especialmente)”. Por conseguinte, em contrapartida, é também ele que “determina, a cada momento, as forças a serem lançadas nessa luta” (Bourdieu, 1996, p. 244). Desse modo, excluem-se obras que não correspondem ao modelo estabelecido pelo cânone, que foi institucionalizado pelos que possuem o capital econômico e cultural. E sabemos bem quem são eles. Certamente não são os negros. Portanto, uma literatura menor, nesse sentido, é reconhecida pelo seu afastamento do cânone e, além disso, por provocar um certo incômodo, um desvelamento de uma realidade que sempre foi suplantada pela supremacia branca que detém o poder.

É dentro, pois, dessa organização que nasce o que o sociólogo define como *campo literário*. Tal conceito pode ser entendido como

Um campo de forças agindo sobre todos os que nele entram, e de maneira diferente segundo a posição que aí ocupam (ou seja, para considerarmos pontos muito afastados entre si, a de autor de peças de sucesso ou a de poeta de vanguarda), ao mesmo tempo que um campo de lutas de concorrência que tendem a conservar ou a transformar esse campo de forças. (Bourdieu, 1996, p. 266)

No interior desse campo acontece a luta desigual entre as diferentes produções literárias, especialmente porque outro conceito de Bourdieu está ligado a essa luta, o *campo de poder*. Para o estudioso, por *campo de poder* entende-se um lugar de embate entre detentores de poderes diferentes. Sendo assim, é fácil entender que aquele que possui o capital econômico e cultural acaba levando a melhor nesse confronto. Sobre isso, Bourdieu afirma:

Uma das paradas centrais das rivalidades literárias (etc.) é o monopólio da legitimidade literária, quer dizer, entre outras coisas, o monopólio do poder de dizer com autoridade quem está autorizado a dizer-se escritor (etc.) ou mesmo a dizer quem é escritor e quem tem autoridade para dizer que é escritor; ou, se preferir, o monopólio do poder de consagração dos produtores e dos produtos. Mais precisamente, a luta entre os ocupantes dos dois polos opostos do campo de produção cultural tem por parada o monopólio da imposição da definição legítima do escritor, e é compreensível que se organize por isso em torno da oposição entre a autonomia e a heteronomia. (Bourdieu, 1996, p. 256)

Conclui-se que, se o campo literário é um lugar de luta pela afirmação do escritor, não se pode chegar a uma categorização universal dessa posição, uma vez que qualquer análise encontrará definições diferentes, “que correspondem sempre a um dado estado da luta pela imposição da definição legítima do escritor” (Bourdieu, 1996, p. 256). Bourdieu, então, justifica a existência do escritor como aquele que produz efeitos no interior de um campo, “ainda que os efeitos em causa sejam simples reações de resistência ou de exclusão” (1996, p. 258).

Dessa maneira, percebe-se claramente que, dentro dessa luta desigual, um grupo detém o poder de legitimar o que vai ser lido, produzido e veiculado. Além de impor o que é “literatura de verdade”. Qualquer produção literária que fuja do modelo estabelecido por esse grupo é uma reação, é resistência, é a literatura dos excluídos, é uma “literatura menor”.

É importante destacar que, no que tange ao aspecto mercadológico, a literatura negra tem ido muito bem. Parece que está na moda falar de preto. Entretanto, quando se fala de campo literário, de literatura canônica, de produção cultural, a distância ainda é muito grande. A literatura negra, mesmo vendendo muito bem, ainda é tratada com uma certa excentricidade, como se fosse uma produção independente, alheia, exótica, que atende a interesses muito exclusivos de um grupo pequeno e restrito, ou seja, a minoria.

A partir dessas premissas, fica evidente porque a literatura escolar ainda é majoritariamente branca e masculina, e porque a literatura negra ainda é tratada como exótica, menor, marginal. O trabalho com essas literaturas, muitas vezes, é restrito a projetos esporádicos, especialmente em datas comemorativas. Como se fosse apenas o cumprimento de uma obrigação. Para muito além dessa prática, precisamos inundar as aulas de ensino literário com textos de autoria negra que fale sobre o negro, alçando-o ao lugar de protagonista, mas fugindo de estereótipos e estigmas sociais. Para o aluno branco, serve de reflexão sobre seu papel como possuidor de privilégios em diferentes dimensões e como conhecimento de uma história do negro muito diferente da que ele está acostumado a ouvir/ler. Para o aluno negro, serve como reconhecimento, pertencimento, representatividade, valorização da sua história, da sua ancestralidade, da sua memória afetiva, e serve como instrumento de luta contra as diversas opressões às quais é diariamente submetido na sociedade em que está inserido.

Isto posto, podemos perceber a necessidade de trabalhar textos que provoquem de fato esse deslocamento de lugar, que promovam um encontro do leitor com aquilo que lhe pertence, lhe é familiar. Por isso que, nesse ponto, a escrita, para Conceição Evaristo, por exemplo, é “escrevivência” (Evaristo, 2016), maneira de sobreviver e reafirmar a própria negritude. E, do mesmo modo que Conceição Evaristo, observa-se, em nossas produções literárias, uma quantidade expressiva de escritores e escritoras que, estabelecendo um pacto com a literatura, acordaram de não se deixarem silenciar. São sujeitos de suas próprias histórias que, incluindo suas produções nas margens do campo literário consagrado, ressignificam suas existências e afirmam suas identidades na escrita e através da escrita.

Ainda sobre essa tentativa de silenciamento, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie afirma que as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas

também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Segundo Adichie, elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (2019, p. 32). Sob esse prisma, Chimamanda Adichie traz à reflexão os perigos de uma história única, unilateral, contada pelos que detêm o poder, que invisibilizam e subalternizam uma cultura, um povo, uma raça, histórias e memórias.

Conceição Evaristo também corrobora essa ideia ao refletir que o silêncio que o colonizador quis impor à África, a interrupção da fala que o colonizador pretendeu instituir na diáspora produziram seus efeitos, mas a linguagem não é inerte. Tais efeitos são sentidos e percebidos até hoje, mas, sim, a linguagem é viva e a literatura também. Nesse *campo de poder* onde acontece uma luta tão desigual, a literatura negra surge, depois de todo o histórico de apagamento, a partir de uma necessidade de reversão do lugar de subalterno para o lugar de protagonista, do lugar de objeto para o lugar de sujeito de suas próprias histórias. A partir do conceito cunhado por Bernd, estamos falando de um “existir negro”, no qual o autor se afirma como negro e reconstrói o discurso hegemônico.

Nesse sentido, de acordo com Bernd, o surgimento de um emissor que assume sua condição de negro constitui um marco na divisão entre um discurso sobre o negro, que, sim, esteve presente na literatura brasileira, e um discurso do negro, que desmonta uma construção impregnada de preconceitos e estereótipos, além de resgatar uma memória negra esquecida e dar voz aos silenciados.

Seguindo essa perspectiva, para Bernd, essa consciência de um *existir negro* e de um passado histórico comum determinam a existência de uma comunidade de situação que impõe sua estrutura a cada voz individual. Isso nos faz voltar à ideia de coletividade que a literatura negra possui, essa possibilidade de falar por todos e para todos.

Nesta medida, Bernd ratifica essa ideia, destacando que

Atualmente, é sem dúvida o *discurso literário* o espaço privilegiado da restauração da identidade, da reapropriação de territórios culturais perdidos. O fio condutor dessa literatura parece ser o desejo de reviver, nos dias de hoje, o espírito quilombola. Sentindo-se como guia, o condutor de seu grupo, o poeta busca recuperar a rebeldia e os ideais de liberdade que outrora guiaram seus antepassados para os quilombos. A poesia nutrida dessa seiva transforma-se em um *território reencontrado*, onde os versos – como os atabaques, no

tempo dos quilombos – soam como uma convocação à (re)união.  
(Bernd, 1987, p. 50-51)

Percebe-se que a fala de Bernd dialoga com o conceito de reterritorialização de Deleuze e Guattari, que trata basicamente desse reencontro com o território cultural perdido, essa (re)apropriação dos espaços negados. Ademais, na comparação com os quilombos, fica explícita a visão de coletivo que a literatura negra traz a reboque e a importância de enxergar essa literatura como uma expressão artística e cultural de um povo, de um grupo por muito tempo segregado e relegado ao esquecimento.

A literatura negra, enquanto manifestação de um grupo social minorizado, permite essa tomada de consciência da necessidade de o negro passar da condição de observado (objeto da narrativa) para a de observador (sujeito da própria narrativa). Segundo Bernd, essa tomada de consciência propicia a emergência de um discurso literário negro que se transforma no lugar por excelência da manifestação do *eu-que-se-quer-negro*. Assim, “a literatura negra se constrói não como um discurso da gratuidade, ou unicamente da realização estética, mas para expressar a consciência social do negro” (Bernd, 1988, p. 53).

Ainda nesse viés de afirmação cultural e identitária, a autora compara a literatura negra ao mito, devido ao seu poder disruptor e de construção de identidade. Sobre isso, ela afirma

A literatura negra se aproxima da linguagem mítica que recupera a origem e narra a emergência do ser. Como o mito, a literatura negra também nasce da ruptura que se cria entre o homem e o mundo, originando-se do esforço de superar essa fragmentação. Ao recordar o que foi estudado, ela recupera o mundo perdido. A literatura negra pode soar como um discurso defasado e anacrônico; ocorre que ela se constrói como uma *linguagem outra* que participa da reorganização do mundo negro na América. Mais do que proporcionar prazer estético, o escritor negro pretende oferecer aos membros de seu grupo a consistência mítica de que eles necessitam para fundar sua identidade.  
(Bernd, 1987, p. 53-54)

A partir disso, elabora-se um processo contínuo de afirmação dessa identidade negra através da linguagem. Como salienta Bernd, os signos estão em permanente movimento de rotação, logo, os signos que nos exilam são os mesmos que nos constituem em nossa condição humana. Isto é, a

literatura que suplanta e, no lugar de herói, coloca o negro como vilão ou subordinado, é a mesma que pode inverter esse complexo de inferioridade que criou, dando espaço para que eles contem suas próprias histórias, tornando-se, assim, um espaço literário democrático.

Um espaço literário democrático é aquele em que ocorre a multiplicidade de vozes, onde o conflito gera alternância e igualdade, onde há diferentes representações e as pluralidades são respeitadas e valorizadas. Uma literatura democrática pressupõe respeitar no outro, ao mesmo tempo, a diferença e a identidade. E, nesse sentido, adotamos o conceito de democracia de Edgar Morin, que enfatiza o seguinte:

A democracia supõe e nutre a diversidade dos interesses, assim como a diversidade de ideias. O respeito à diversidade significa que a democracia não pode ser identificada como a ditadura da maioria sobre as minorias; deve comportar o direito das minorias e dos contestadores à existência e à expressão e deve permitir a expressão das ideias heréticas e desviantes. Do mesmo modo que é preciso proteger a diversidade das espécies para salvaguardar a biosfera, é preciso proteger a diversidade de ideias e opiniões, bem como a diversidade de fontes de informação e meios de informação (impressa, mídia), para salvaguardar a vida democrática. (Morin, 2011, p. 95)

Ora, considerando tal afirmação, se a democracia não pode comportar uma ditadura da maioria sobre as minorias, é certo que uma literatura que se pretende democrática não pode ser um lugar de unicidade de representação e de hegemonia de uma expressão artística em detrimento de outra. É inadmissível pensar a literatura como um espaço que não comporta os direitos das minorias e daqueles que se propõem contestar e questionar as posições de privilégios e as imposições modeladoras. Cabe ressaltar que, ao falarmos de direitos das minorias, fazemos um recorte, aqui, dos direitos de representação na literatura dita universal, direito de existir por meio da linguagem literária, direito dos grupos por muito tempo invisibilizados e inferiorizados de serem os enunciadores de seus discursos.

Infelizmente, nossa literatura ainda está inundada por uma visão eurocentrica, masculina e, sobretudo, branca, e isso não corresponde ao público que encontramos nas salas de aula, não corresponde nem mesmo à população do Brasil. Por isso, precisamos *enegrecer* a literatura. Não se propõe aqui que as demais obras sejam desconsideradas, mas que elas

também – não somente – façam parte desse espaço literário, que elas sejam uma das formas de representação literária, e não a única, não o modelo a ser seguido. O propósito é ressaltar a importância de a literatura negra fazer parte dos currículos escolares (de fato) e das aulas de literatura, de serem usadas primordialmente para a inserção do aluno no universo literário e para a tomada de consciência da necessidade de haver uma mudança na forma como as histórias são contadas e um deslocamento de quem conta essas histórias. Nesse sentido, enegrecer a literatura é torná-la acessível a todos.

Sobre esse aspecto, Marcia Maria de Jesus Pessanha resume de forma precisa ao alertar que

Os textos literários podem resgatar matrizes históricas e culturais do negro, bem como desvelar sua face oculta e apresentá-lo de forma positiva e sujeito de seu discurso. Visto que os textos veiculam mensagens, informações, ideologias, é preciso que a escola, e em especial os professores da área de língua portuguesa, principalmente, estejam atentos para incluir em seus programas obras de autores que, na linhagem da literatura, e em especial literatura infanto-juvenil, problematizam e esclarecem de forma lúdica relevantes questões de discriminação racial, de gênero, classe e outras, através de histórias, contos, crônicas, poemas, peças teatrais e canções. (Pessanha, 2016, p. 242)

### **A inserção da literatura negra no ambiente escolar**

Antes de mais nada, ao iniciarmos o trabalho com uma literatura que privilegie e dê protagonismo ao negro, precisamos fazer quatro perguntas fundamentais, partindo dos pressupostos de Marcia Maria de Jesus Pessanha. Desse modo, será possível compreender o sentido do discurso literário em questão e a sua vinculação com a realidade circundante. São elas:

- Quem fala?
- De onde fala?
- Sobre quem fala?
- Para quem fala?

Para responder à primeira pergunta, é imprescindível entender quem é o eu enunciador do discurso, quem é o sujeito da narrativa. Portanto, a ideia é eleger textos de autoria negra para o trabalho em sala de aula. Textos impregnados de vivência e história, que tenham sido escritos por quem

sempre foi socialmente rechaçado em todos as esferas, inclusive na literária. A leitura literária dessas obras permite uma conexão imediata do autor com o seu leitor e promove um reconhecimento desse leitor com aquilo que ele está lendo. Somente um autor negro é capaz de falar sobre as experiências de ser negro numa sociedade racista com um passado escravocrata, e somente a partir da escrita de pessoas negras pode-se inverter a posição de objeto observado para sujeito observador, de quem se fala para quem fala. Deslocar esse grupo do lugar de silenciamento e apagamento para um lugar de protagonismo na construção de suas narrativas é a premissa para uma literatura negra.

É evidente que, respondendo à primeira pergunta, somos capazes de entender o lugar social de onde se está falando, visto que os conceitos de raça e classe estão diretamente ligados. Quando falamos sobre o lugar de onde se fala, estamos falando do lugar social que esse autor ocupa e se é a partir dele que está se falando. Nesse ponto, podemos buscar apoio no conceito de *Lugar de fala*, difundido no Brasil pela filósofa Djamila Ribeiro, a partir dos estudos sobre ponto de vista feminista, cunhados principalmente por Patricia Hill Collins (1990) e Gayatri Spivak (2010). Ribeiro (2019) vai associar lugar de fala ao *locus* social. Para ela, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. Nesse sentido, segundo a autora, o falar, no caso do indivíduo negro, refere-se a poder existir, uma vez que, dentro de um regime de autorização discursiva, este foi impedido de falar (2019, p. 57-64).

Para Ribeiro, “pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (Ribeiro, 2019, p. 64). Nesse sentido, perceber o lugar de onde se fala é fundamental para entendermos o que está sendo dito, já que o lugar do negro, na maioria das vezes, é o de subalterno. Ainda sobre lugar de fala, é capital compreendermos que, sim, todos podem falar, mas cada pessoa parte de um lugar diferente e fala a partir desse lugar. Por isso, uma literatura negra só pode ser considerada genuína quando quem fala parte do *locus* social em que a pessoa negra está localizada. Sobre isso, Djamila Ribeiro esclarece que

Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo

social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente a constituição dos lugares de grupos subalternizados. (Ribeiro, 2019, p. 85)

Ribeiro ainda vai ressaltar que pessoas negras vão experienciar o racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão. Pessoas brancas vão experienciar o racismo do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão (2019, p. 85). Sendo assim, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Nesse sentido, associando o conceito de lugar de fala ao campo da literatura, estamos falando de uma história que deve ser contada pela perspectiva do grupo que sofre a opressão, o apagamento e a invisibilização. É imperativo o fomento a esse surgimento de vozes que causem uma interrupção nesse regime de autoridade que desconsidera narrativas negras.

Partindo para o terceiro questionamento, uma vez já identificados quem está falando e de onde está sendo falado, precisamos entender sobre quem (ou o que) esse sujeito está falando. Na literatura também precisamos fugir das generalizações, ou seja, é necessário pensarmos que o fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre sua realidade e sobre as consequências do racismo, por exemplo. Da mesma forma que não necessariamente um autor negro vai falar sobre o negro.

Na história da literatura temos muitos exemplos de autores negros que negaram sua negritude em seus textos, por diversos fatores. É claro que o fato de trabalhar um texto de um escritor negro já é de grande relevância, mas, para fins de letramento literário com obras que desloquem o lugar do negro na narrativa também como personagem, o ideal é que sejam desenvolvidas práticas de leitura com textos que evidenciem esse protagonismo, essa alternância do lugar de subalternidade nas histórias.

Como resposta à última questão, faz-se necessária uma reflexão acerca de para quem se destinam esses textos de autoria negra. É importante ressaltar que não estamos defendendo uma literatura direcionada a apenas um grupo. Como já dissemos anteriormente, a literatura negra é para todos, e cada grupo vai recepcioná-la de um jeito. A importância de entender para quem se destina a obra a ser trabalhada reside na forma como esse trabalho em sala de aula vai ser desenvolvido e de que maneira cada aluno vai

receber esse texto, o que, a partir dele, vai ser despertado e como poderão ser conduzidos e mediados possíveis debates e discussões.

Ao respondermos a essas quatro perguntas, é possível estabelecermos um ideal do que se espera alcançar com a inserção da literatura negra no ambiente escolar. É possível entender a relevância de confrontar os alunos com um texto que carregue tanta representatividade e problematize questões sociais importantes, suscitando discussões a respeito de assuntos que são próprios da realidade deles, mas que são sempre negligenciados.

É urgente enfatizarmos a importância do ensino de literatura com vistas a reverter o sujeito da narração de grande parte dos ficcionistas brasileiros e promover um reconhecimento por parte dos leitores, que não se veem representados na grande maioria das produções literárias. E, atualmente, há vários escritores que buscam expressar em suas obras a valorização da cultura negra e podemos destacar como paradigma de luta e resistência para a afirmação e visibilidade da criação literária dos negros, destaca Pessanha (2016, p. 253).

A fim de sintetizar as ideias sobre a inclusão do ensino de uma literatura negra, cabe salientar os postulados de Marcia Maria de Jesus Pessanha, quando afirma que

É preciso ressaltar a pertinência da leitura de textos de valor literário, principalmente dentro da sala de aula, mas também em outros espaços, levando-se em conta as funções da literatura, que põem em cena novos sujeitos das políticas sociais. E, dessa forma, tentamos mostrar como a história do negro no Brasil ainda precisa ser mais valorizada, e, para nós, professores, este movimento de reapropriação da história, da cultura e da literatura negras deve ser enfaticamente colocado, discutido e vivenciado em nossa prática docente. E o silêncio irá se transformar em canto, com muitas vozes negras, em coro, preenchendo os vazios da escrita literária e outros, na tessitura da epopéia do povo negro. (Pessanha, 2016, p. 253)

Colocar em cena novos sujeitos, aliás, colocar em destaque novos sujeitos. Este também deve ser o papel de uma literatura que se pretende humanizadora e social. Para além da fruição, do prazer, do conhecimento, propõe-se uma literatura que subverta os modelos arraigados e que, por muito tempo, relegaram ao esquecimento e ao lugar de inferioridade outras manifestações culturais e artísticas. Expressões outras que desviavam do

padrão estabelecido pelo homem branco europeu, dito universal, que definiu o que seria o cânone literário e suplantou tudo o que era diverso. Mas, replicando o que disse Pessanha, “o silêncio irá se transformar em canto, com muitas vozes negras, em coro, preenchendo os vazios da escrita literária e outros, na tessitura da epopéia do povo negro” (Pessanha, 2016, p. 253).

## Referências

- ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, J. M. G. Literatura e mestiçagem. In: SANTOS, W. A. (org.). *Outros e outras na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Caetés, 2001, p. 89-110.
- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 25-57.
- BERND, Z. *O que é negritude*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERND, Z. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1996.
- CANDIDO, A. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: para uma literatura menor*. Lisboa, Portugal: Assírio & Alvim, 2003.
- EVARISTO, C. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- EVARISTO, C. A gente combinamos de não morrer. In: EVARISTO, C. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016. p. 107-117.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod\\_resource/content/1/GONZALES%2C%20L%20%28%20%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALES%2C%20L%20%28%20%29.pdf). Acesso em: 21 jan. 2023.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Tradução: Suely Rolnik. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LEAHY-DIOS, C. *Educação literária como metáfora social: desvios e rumos*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC/Secad, 2005.

NASCIMENTO, A. do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PESSANHA, M. M. de J. O negro na literatura I. In: OLIVEIRA, I. de. PESSANHA, M. M. de J. (org.). *Educação e relações raciais*. Rio de Janeiro: CEAD/UFF. 2016, p. 229-258.

RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SANTOS, J. R. dos. *Quem ama literatura não estuda literatura: ensaios indisciplinados*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.